

Ser índio no século XXI, ou tupi ou não tupi, tupi e tupi, e tupi ao quadrado, no quadrado

EVA PAULINO BUENO*

Outro dia, num programa noturno de televisão aqui nos Estados Unidos, do apresentador e comediante Jay Leno, o ator Leonardo Di Caprio comentou que, nestes dias de globalização, é impossível para ele não ser reconhecido. Deu como exemplo uma vez que esteve no Amazonas visitando uma tribo de índios que nem falavam português. E não é que — disse o Leonardo no programa — os índios o reconheceram? Não sei exatamente se ele fez este comentário para indicar o alcance da sua fama, ou só pra indicar como o mundo está ficando pequeno, “globalizado.”

Este pequeno incidente em um programa da televisão americana indica que, de fato, os meios de comunicação, assim como os filmes de Hollywood, já se intrometeram em todos os confins da Terra. Dá pra imaginar como os índios que Leonardo conheceu tenham entrado em contato com a imagem dele, provavelmente através do filme *Titanic*. (Como terá sido mostrado? Eles têm eletricidade na tribo? Desde quando? Ou eles assistiram ao filme na cidade? Que cidade?) Dá também pra imaginar que os índios — e aqui estou fazendo conexão entre Amazonas e rio — ficaram talvez pressurosos e com medo do afundamento de suas canoas. Talvez não. Mas eu sei que depois do *Titanic*, muita gente ficou um tempo com medo de água, de navio, estas coisas.

Mas o que esta história me faz pensar está muito além – ou aquém, dependendo do ponto de vista — da fama do

Leonardo DiCaprio. O que importa mais aqui é a situação do índio, ali no meio do Amazonas, sendo exposto a estas histórias esdrúxulas, baboseiras românticas inventadas em cima de um episódio real, tais como a contada no *Titanic*. Como podem eles continuar a ser índios quando tiveram seu universo “invadido” por antenas de televisão, filmes americanos, artefatos culturais de sociedades muito mais populosas e tecnologicamente avançadas? Como vai o índio se contentar com suas cabaças e gamelas depois de assistir histórias em que os personagens bebem em taças de cristais e comem em pratos de porcelana? Como vai se contentar em ter só um short quando vê gente usando roupas elegantes? Como vai continuar comendo mandioca com pirão de peixe sem se lembrar que, em algum lugar do mundo, as pessoas comem carnes cozidas com temperos sofisticados, usando talheres, guardanapos, etc.? E depois dormem em camas cobertas de colchas finas, e se banham em banheiros com azulejos? E, considerando por um momento que estes índios que assistiram ao *Titanic* também assistem às notícias da televisão, como se sentem ao saberem que são parte do Brasil? Eles sabem o que é o Brasil?

Tal como muitos brasileiros, a mim também seria vedado fazer estas perguntas diretamente aos índios do nosso país. Não é permitido a “qualquer um” visitar uma tribo no Amazonas, ou em qualquer lugar do Brasil, que não tenha tido contato constante com brancos

e nem fale o português. Me lembro de uma colega linguísta, brasileira, que fazia o doutorado comigo em Pittsburgh, contando de seu trabalho com tais grupos. O que me lembro mais do seu relato foi a dificuldade que ela teve de obter permissão dos órgãos governamentais brasileiros para ir às tais tribos, mesmo para ela, que era especialista na família linguística da língua falada naquela tribo.

O Leonardo DiCaprio, ao que tudo indica, não teve tal dificuldade.

O que estas presenças de estranhos nas tribos — em pessoa ou em filme e televisão — fazem é expor, por um lado, a extrema vulnerabilidade destes grupos culturais e étnicos, que são literalmente invadidos pela cultura branca que os envolve; por outro lado, elas colocam em questão nossos intuítos ao contatá-los. Qual seria a intenção de, digamos, Leonardo DiCaprio, ao visitar uma tribo no Amazonas? Pode ser possível que ele queria testar os limites da sua fama. Mas, mais provavelmente, ele queria experimentar o que muitos na sociedade branca sentem ao se depararem com índios das tribos que não tiveram contato com a cultura branca: ver de perto nossos antepassados da pedra polida. É o irresistível perfume do exótico. É o frisson do encontro com algo que já não existe, como se fosse possível embarcar no túnel do tempo e ver o que foi, e o que fomos. Só que tudo no presente, com gente de carne e osso. De preferência de dentro de uma cabine com ar condicionado.

Ou, pode ser que ele queria avaliar a situação da tribo e oferecer ajuda. Cria nesta quem quiser. Outros artistas já se interessaram pela situação de vários grupos subalternos e oprimidos, e o roqueiro Sting é um que vem à memória rapidamente.

Mas, no caso daqueles índios do Amazonas visitados pelo ator famoso, será que eles se sentiram visitados ou olhados como animais no zoológico? Ou como plantas de estufa? Ou será que ficaram encantados de terem a visita do rapaz bonito, sorriso fácil, que provavelmente trouxe alguns presentes e foi simpático? Como vamos saber? Quem pode ir perguntar aos índios o que eles acham destas visitas, e do gerenciamento dos negócios das tribos?

No Brasil, pelo menos que eu saiba, estes negócios indígenas são regidos e determinados pelos órgãos governamentais encarregados. A burocracia brasileira rege tudo, determina quem vai, quem não vai. Quantos membros destes órgãos dedicados às questões indígenas são índios? Quem sabe? Quem viu? Quem ao menos se interessa?

Para a maioria dos brasileiros, ainda, infelizmente, a noção do indígena vem mesclada com a ideia romântica do “bom selvagem,” aquele que povoou os romances do José de Alencar, todos ou nobres guerreiros ou donzelas com os cabelos negros como a asa da graúna, correndo livres pelos campos, caçando, pescando. Estes que se veem por aí — tal como toda uma tribo que uma vez eu vi na rodoviária de Londrina — não se parecem em nada com o ideal novelesco. São magros, estão sujos, as crianças são barrigudas e choronas. Alguns esmolam! Tal como todos os brancos naquela noite fria num junho há muitos anos em Londrina, muitos de nós não nos aproximamos dos índios reais com que nos defrontamos. Eu também não me aproximei. Minha vida “civilizada” me exigia, passagem na mão, ônibus para tomar em cinco minutos. Da janela eu só vi os índios juntados num grupinho esfarrapado e tiritante, olhos amedrontados. Para onde iam?

Chegaram lá? Quem os levou? Nunca soube. Nunca saberei. O destino daquele grupo de seres humanos deslocados, olhados com curiosidade, para sempre vai ser um mistério.

Uma coisa que talvez muitas pessoas não saibam, é que as nações dos índios americanos – chamados Nativos Americanos – têm relativa autonomia em relação ao governo americano. Esta autonomia, embora relativa, é resultado de muita luta. Até os anos de 1800, por exemplo, o governo americano adotava a política de separação das populações nativas, sua remoção peremptória de seus locais tradicionais, e a sua colocação em “reservas.” Para justificar tais ações, o governo usou tratados, estatutos e ordens executivas. Um dos episódios mais infames desta retirada forçada é o que se chama, na história dos Estados Unidos, a *Trail of Tears* — “O caminho das lágrimas” (“*Nunna daul Tsuny*” na língua Cherokee) – que foi a retirada forçada dos Cherokees da Georgia e sua reposição em Oklahoma. Quatro mil pessoas morreram nesta caminhada durante o inverno de 1838-1839.

Esta política de isolamento foi mudada em 1887, com a lei chamada *General Allotment Act*, ou o “Ato Dawes.” Durante a vigência deste Ato, houve um grande esforço por parte da população branca em “assimilar” o nativo americano. Nesta nova política, os chefes de família recebiam 160 acres de terra, que não poderiam vender antes de 25 anos. Neste período os nativos americanos não teriam que pagar impostos federais, mas depois deste tempo teriam que pagá-los como todos os outros cidadãos. As terras das reservas que sobraram depois desta “repartição,” foram vendidas ao público. Como resultado deste ato, em 1934, dos 140

milhões de acres de terras tribais, somente 48 milhões permaneceram em posse dos nativos americanos.

Esta situação era tão drástica que, em 1934, foi aprovado o *Indian Reorganization Act* – Ato de Reorganização Índia, o qual marca uma nova política. Desta vez, o interesse é em promover a autonomia dos nativos americanos e, embora as terras tribais ainda sejam sujeitas a impostos federais, os governos estaduais e locais, na sua maioria, não podem aplicar impostos a estas terras e não têm jurisdição dentro do território das reservas.¹

A relativa liberdade para os chefes das reservas fez com que algumas nações e tribos individuais decidissem dedicar-se ao negócio dos cassinos. Devido ao fato de que as terras das reservas foram consideravelmente diminuídas e muitas comunidades “índias” não teriam terra suficiente para dedicar-se à agricultura, a saída proporcionada pelos cassinos é muito conveniente, além de rentável. Os cassinos não são simplesmente uma “sala de jogos,” mas fazem parte de um complexo que contém hotéis, restaurantes, bares, parques de diversão para as crianças e, logicamente, as salas de jogo tradicionais com as máquinas de caça-níqueis, as mesas dos diversos jogos de cartas, etc.

Raphael Bear, Presidente da Fort McDowell Yavapai Nation — “Nação Yavapai do Forte McDowell,” — que possuía o cassino Fort McDowell Casino em Fountain Hills, Arizona, escreve:

The most significant change gaming has brought to the Nation is a liberating sense of sovereignty and self-determination. Through receipt of gaming revenue, the Nation has instilled a sense of pride and accomplishment within the community by being able to financially provide for the welfare

of its members without federal or state assistance, and, significantly, to be able to give back to the public in Arizona.²

De fato, o negócio dos cassinos e hotéis nas terras dos nativos americanos está florescendo cada dia mais. A estatística mais recente, trazida na revista *Indian Gaming* em fevereiro de 2005, nos mostra, por exemplo, que há 117 cassinos índios com hotéis, espalhados em 24 dos estados americanos, sendo que a Califórnia tem 18 destes estabelecimentos, seguida por Michigan com 14, Minnesota com 13 e Wisconsin com 9. Este é um negócio que envolve bilhões de dólares anuais, dá trabalho a milhares de nativos americanos e também a membros de outros grupos étnicos.³

Mas, nem todas as reservas têm cassinos. Nem todas as nações estão prosperando.

Um exemplo deste último grupo é a nação *Red Lake*, de Minnesota, de onde vem o jovem Jeff Weise, que na semana passada entrou na sua escola e matou colegas e professores, e depois se matou com a mesma arma. Este episódio, o pior de tais episódios desde o massacre de Columbine em 1999, chocou não só a comunidade nativa americana, mas todo o país.

Como é possível explicar tal ato de violência? Especialistas em psicologia juvenil, especialistas em assuntos nativos americanos, especialistas em especistas, todos têm aparecido na televisão, falado no rádio, escrito nos jornais e revistas. O melhor artigo que li nos últimos dias sobre este triste acontecimento vem de Scott Richard Lyons, e apareceu na revista *Indian Country Today* do dia 23 de março de 2005 (www.indiancountry.com).

Lyons diz, em seu artigo, que não presume saber as razões pessoais que levaram o rapaz de 16 anos a cometer tais atos, mas aponta alguns problemas que ainda perseguem os nativos americanos, entre eles a pobreza da reserva em que ele vivia, na qual 4 entre 5 crianças têm que receber lanche gratuito na escola. Lyons cita também o fato de que, nesta região de Minnesota, onde a Nação Red Lake está situada, os rapazes nativos americanos são vistos com suspeita como arruaceiros, vagabundos.

Dentre todas as razões apontadas por Lyons, uma que me parece fundamental é o fato de que, praticamente desde que Jeff nasceu, este país está em guerra declarada, ou atacando outros países através da coerção. Nesta cultura de armas de fogo, em que cada um tem o direito de ter uma (garantido pela constituição), de soluções imediatas, de satisfação instantânea, não é de se admirar que um adolescente já com problemas emocionais (o pai se suicidou, e a mãe está num hospital há muito tempo) tenha perdido o controle. Nada justifica seus bárbaros atos de violência e a morte de inocentes. Mas, de uma certa maneira, todo o país precisa mais uma vez fazer um exame de consciência e ver que tipo de exemplo as atitudes do governo estão passando aos jovens.

De volta aos nossos índios brasileiros, que, afinal, são o ímpeto inicial para esta coluna, ficam algumas perguntas:

Onde está o Juruna com sua máquina de gravar os discursos dos políticos que vivem quebrando promessas e reescrevendo a história?

O que aconteceu com os índios de Jarú, em Rondônia, que deram o nome à cidade, e agora não podem ser encontrados em lugar algum?

Cadê os índios que primeiro chamaram Curitiba de “curitiba”? Quem eram eles?

Onde estão os poéticos seres humanos que nos deram a palavra “mandaguaçu,” “iguazu,” e “paraná”, entre tantas outras?

Eles vão continuar sendo somente os que doaram o vocabulário e passaram pela rodoviária de Londrina e outras

rodoviárias, em noites frias de junho, maltrapilhos, assustados, sem saber para onde iam nem por que iam? Ou vamos tomar um pouco de vergonha cívica e olhar mais cuidadosamente o que está acontecendo com os índios do Brasil?

Ou vamos deixar que o Leonardo Di Caprio venha “resgatá-los”?



* Depois de quatro anos trabalhando em universidades no Japão, **EVA PAULINO BUENO** leciona Espanhol e Português na St. Mary's University em San Antonio, Texas. Ela é autora de *Mazzaropi, o artista do povo* (EDUEM 2000), *Resisting Boundaries* (Garland, 1995), *Imagination Beyond Nation* (University of Pittsburgh Press, 1999), *Naming the Father* (Lexington Books, 2001), e *I Wouldn't Want Anybody to Know: Native English Teaching in Japan* (JPGS, 2003).

¹ Ver a excelente e completa apresentação da questão dos impostos aplicados às terras tribais em Laura Smith, “Native American Trust Land and Transfers in Minnesota,” <http://www.cura.umn.edu/reporter/04-Spr/Smith.pdf> -- Primavera de 2004, páginas 19 a 25.

² Tradução da autora: “A mudança mais significativa que os cassinos trouxeram à Nação (Índigena) é um sentido liberador de soberania e auto-determinação. Através da receita provinda dos cassinos, a Nação trouxe um sentimento de orgulho e realização à comunidade, já que agora é capaz de prover as necessidades financeiras dos seus membros sem necessitar de ajuda federal ou estadual e, significativamente, de contribuir com o próprio povo do Arizona”.

Neste artigo, escrito para a revista *Indian Gaming; The National Magazine of the American Indian Gaming Industry*, fevereiro 2005, Raphael Bear discute o impacto positivo que o negócio de cassinos trouxe à sua nação, mas adverte que necessitam continuar diversificando seus empreendimentos e investimentos. Um aspecto interessante deste texto, é que Raphael Bear, um representante eleito, se apresenta realmente como um administrador que tem responsabilidades para com seu povo, que confiou nele e o colocou nesta posição para que ele usasse seus talentos políticos e administrativos para garantir o bem-estar de todos (25).

³ O que, por sua vez, pode dar lugar a disputas. Enquanto que houve um tempo em que “ser índio” não era bom negócio em algumas áreas do país (racismo, discriminação, perseguição), agora vale a pena buscar as raízes da árvore genealógica para provar a procedência “nativa.” Ver a fascinante discussão de Kim Tall Bear e Deborah A. Bollnick em “Does DNA Make and Indian?” — “O DNA faz um índio?” neste artigo, as duas pesquisadoras colocam em questão a situação dos que querem afiliar-se às nações indígenas e recorrem a caros testes de DNA (de \$80 a \$600) para provar o parentesco. http://shrn.stanford.edu/workshops/revisitingrace/TallBear_Bolnick.doc